

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-CMAS**Requerimento N.<sup>º</sup> DE 2017

(Dos Sr. Nilto Tatto)

*Requer a realização de audiência pública para debater a matriz energética nacional e as perspectivas futuras.*

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais e em especial do artigo 255 do RICD, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, *para debater a matriz energética nacional e as perspectivas futuras*, os senhores Sérgio Leitão do Instituto Escolhas, Professor Doutor Pinguelli Rosas membro do Painel intergovernamental de Mudanças Climáticas, Senhora Elbia Gannoum Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica ABEEOLICA , Guilherme Jorge Velho Presidente do Conselho Administrativo da APINE e o Senhor Rodrigo Lopes Sauaia Presidente Executivo da Associação brasileira de energia Solar Fotovoltaica, ABSOLAR.

**Justificação**

O Brasil possui a matriz energética mais renovável do mundo industrializado com 45,3% de sua produção proveniente de fontes como recursos hídricos, biomassa e etanol, além das energias eólica e solar. As usinas hidrelétricas são responsáveis pela geração de mais de 75% da eletricidade do País. Vale lembrar que a matriz energética mundial é composta por 13% de fontes renováveis no caso de Países industrializados, caindo para 6% entre as nações em desenvolvimento. O modelo energético brasileiro apresenta um forte potencial de expansão, o que resulta em uma série de oportunidades de investimento de longo prazo. A estimativa do Ministério de Minas e Energia para o período 2008-2017 indica aportes públicos e privados da ordem de R\$ 352 bilhões para a ampliação do parque energético nacional.

Com efeito, após o encontro de Paris o Brasil apresentou a sua proposta de Contribuição Nacional Determinada, iNDC, com esta proposta o país compromete-se a reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa, GEE, em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de GEE em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para dar consecução a estas metas o país se compromete a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.

Sala da Comissão, em 20 de abril de 2017.

Nilto Tatto

Deputado Federal

PT/SP